

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.173.163 - SP (2017/0225329-3)

AGRAVANTE : MUNICIPIO DE SANTO ANDRE

PROCURADORE : PAULO ANDRÉ ALVES TEIXEIRA - SP098539

S

CRISTIANE DE LIMA GHIRGHI - SP122724

RAFAEL GOMES CORRÊA - SP168310

CLÁUDIA SANTORO - SP155426

LEANDRA FERREIRA DE CAMARGO - SP185666

DEBORA DE ARAUJO HAMAD YOUSSEF - SP251419

CAMILA PERISSINI BRUZZESE E OUTRO(S) - SP212496

PRISCILA CARDOSO CASTREGINI - SP207333

LUIZ GUSTAVO MARTINS DE SOUZA - SP203948

DANIEL KOIFFMAN - SP229041

AGRAVANTE : SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL
DE SANTO ANDRÉ - SEMASA

PROCURADORE : MARIA CRISTINA FERREIRA BRAGA RUIZ - SP066211

S

LILIMAR MAZZONI - SP099497

LILIAN CHINEZ MORENO - SP231625

AGRAVADO : LENILZA SIQUEIRA BEZERRA DE ALBUQUERQUE

ADVOGADOS : IRENE MARIA BATISTA - SP372925

MARIA CRISTINA RODRIGUES QUARTAROLO -
SP294250

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por Serviço Municipal de Saneamento Ambiental de Santo André - SEMASA contra decisão que inadmitiu seu recurso especial, interposto com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição Federal, objetivando reformar o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

APELAÇÃO - Danos materiais e morais - Queda em pista de rolagem - Fratura no pé direito - Responsabilidade por omissão - Uso anormal da via - Culpa concorrente - Dever de indenizar - Sentença mantida, nos termos do art. 252 do Regimento Interno desta E. Corte - Recursos não providos (fl. 311).

Da análise dos autos, verifica-se que a decisão agravada inadmitiu o recurso especial com base na ausência de violação/negativa de vigência/contrariedade, na incidência da Súmula n. 7/STJ e na divergência não

comprovada.

A parte agravante, entretanto, deixou de impugnar especificamente os óbices referentes à ocorrência da Súmula n. 7/STJ e a não comprovação da divergência.

Desse modo, forçosa é a incidência do art. 253, parágrafo único, I, do Regimento Interno do STJ e art. 932, III, do CPC/2015, que assim dispõe, *in verbis*:

Art. 932. Incumbe ao relator:

[...]

III - não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida;

A propósito, confira-se o precedente da E. Corte Especial do STJ no EAREsp 746.775 / PR, julgado em 19 de setembro de 2018:

PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DE TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO RECORRIDA. ART. 544, § 4º, I, DO CPC/1973. ENTENDIMENTO RENOVADO PELO NOVO CPC, ART. 932.

1. No tocante à admissibilidade recursal, é possível ao recorrente a eleição dos fundamentos objeto de sua insurgência, nos termos do art. 514, II, c/c o art. 505 do CPC/1973. Tal premissa, contudo, deve ser afastada quando houver expressa e específica disposição legal em sentido contrário, tal como ocorria quanto ao agravo contra decisão denegatória de admissibilidade do recurso especial, tendo em vista o mandamento insculpido no art. 544, § 4º, I, do CPC, no sentido de que pode o relator "não conhecer do agravo manifestamente inadmissível ou que não tenha atacado especificamente os fundamentos da decisão agravada" - o que foi reiterado pelo novel CPC, em seu art. 932.

2. A decisão que não admite o recurso especial tem como escopo exclusivo a apreciação dos pressupostos de admissibilidade recursal. Seu dispositivo é único, ainda quando a fundamentação permita concluir pela presença de uma ou de várias causas impeditivas do julgamento do mérito recursal, uma vez que registra, de forma unívoca, apenas a inadmissão do recurso. Não há, pois, capítulos autônomos nesta decisão.

3. A decomposição do provimento judicial em unidades autônomas tem como parâmetro inafastável a sua parte dispositiva, e não a fundamentação como um elemento autônomo em si mesmo, ressoando inequívoco, portanto, que a decisão agravada é incindível e, assim, deve ser impugnada em sua integralidade, nos exatos termos das disposições legais e regimentais.

4. Outrossim, conquanto não seja questão debatida nos autos, cumpre registrar que o posicionamento ora perfilhado encontra exceção na hipótese prevista no art. 1.042, caput, do CPC/2015, que veda o cabimento do agravo contra decisão do Tribunal a quo que inadmitir o recurso especial, com base na aplicação do entendimento consagrado no julgamento de recurso repetitivo, quando então será cabível apenas o agravo interno na Corte de origem, nos termos do art. 1.030, § 2º, do CPC.

5. Embargos de divergência não providos.

Superior Tribunal de Justiça

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, I, do Regimento Interno do STJ, não conheço do presente agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 26 de setembro de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

